

## DESPACHO N.º 003/DOMA/2011

**Assunto:** Subdelegação de competências

1. Nos termos e ao abrigo do artigo 70.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e do artigo 35.º do Código de Procedimento Administrativo e considerando as competências que me foram subdelegadas pelo Sr. Vereador José Rosado, através do Despacho n.º 38/GAP/2011, de 2 de Março, subdelego na **Chefe de Divisão de Ambiente e Saneamento Básico, Eng.º Susana Isabel Pereira Espada:**

1.1. No âmbito da gestão e direcção dos recursos humanos da respectiva Divisão, as seguintes competências:

1.1.1. Aprovar e alterar o mapa de férias e restantes decisões relativas a férias, com respeito pelo interesse pelo serviço;

1.1.2. Justificar ou injustificar faltas;

1.1.3. Autorizar o abono de vencimento de exercício perdido por motivo de doença;

1.1.4. Decidir nos termos da lei, em matéria de duração e horário de trabalho, no âmbito da modalidade deste último superiormente fixada;

1.1.5. Autorizar a prestação de trabalho extraordinário em consonância com as respectivas dotações orçamentais.

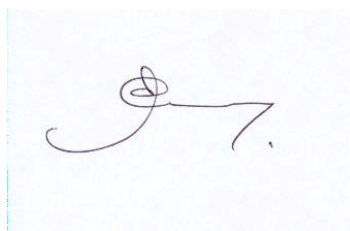
1.1.6. Ainda no âmbito da gestão e direcção dos recursos humanos da respectiva Divisão subdelego na Chefe de Divisão de Ambiente e Saneamento Básico as competências previstas nos Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de Dezembro, designadamente, autorizar a deslocação de trabalhadores em funções públicas do seu domicílio necessário, por motivo de serviço, com direito a abono de ajudas de custo e transporte, em consonância com as respectivas dotações orçamentais.

1.2. Nos mesmos termos e ainda nos termos do artigo 35.º n.º 2 do Código de Procedimento Administrativo, fica, igualmente, subdelegado na Chefe de Divisão de Ambiente e Saneamento Básico, a *prática de actos de administração ordinária* da Divisão, nomeadamente:

- 1.2.1. Assinar ou visar a correspondência da câmara municipal com destino a quaisquer entidades ou organismos públicos;
  - 1.2.2. Autorizar a passagem de termos de identidade, idoneidade e justificação administrativa;
  - 1.2.3. Praticar outros actos ou formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício da competência decisória do subdelegante.
2. Deve ser sempre assegurado o cumprimento do disposto do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.
  3. No exercício das competências subdelegadas deve ser sempre mencionada essa qualidade, em cumprimento do artigo 38.º do Código de Procedimento Administrativo.
  4. O delegado deve informar o delegante das decisões geradoras de custo ou proveito financeiro proferidas ao abrigo da subdelegação.
  5. A presente subdelegação de competências é publicada de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 37.º do Código de Procedimento Administrativo.

Santiago do Cacém, 2 de Março de 2011

A Directora do Departamento de Obras Municipais e Ambiente,

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Ana Luísa Guerreiro', written on a light blue background.

Ana Luísa Guerreiro, Eng.ª

